

# O Projeto Jari ganha mais seis fortes defensores

ESP 18.9.79

GILNEI RAMPAZZO  
Enviado especial

Com a visita de seis senadores, representando a CPI da Amazônia e a Comissão de Assuntos Regionais do Senado, no último fim de semana, o Projeto Jari conquistou mais uma área de aliados, e o governo brasileiro, mais um foco de críticas. Mesmo o senador Evandro Carreira (AM), o mais tenaz, apaixonado e barulhento defensor da Amazônia no Congresso — e único emedebista da comitiva — saiu de lá convencido de que o projeto é válido e se alguém está falhando é o governo, que não fiscaliza nem se interessa em absorver a tecnologia desenvolvida pelos homens de Daniel Ludwig na região. Com pequenas variações, foi essa também a impressão colhida pelos senadores arenistas José Lins (CE), Mendes Canale (MS), Vicente Vuolo (MT), Aluísio Chaves (PA) e Almir Pinto (CE).

O primeiro contato entre os senadores e a diretoria da Jari, na sexta-feira pela manhã, foi tenso. A iniciativa em requisitar um navio da empresa de navegação da Amazônia para hospedar os senadores durante sua visita e as declarações de Evandro Carreira à imprensa paraense, na véspera, de que não queria depender da Jari durante sua visita — além do próprio caráter inquisitório da viagem — criaram um certo mal-estar, que mais tarde ficou claro não interessar a nenhum dos dois lados.

A explanação inicial sobre as várias atividades desenvolvidas na área começou com o questionamento, pelos senadores, do programa detalhado de visita, previamente preparado e acompanhado da advertência de que qualquer modificação teria de ser feita antes que ele começasse a ser cumprido. Liderados por José Lins, os parlamentares conseguiram a promessa de que, após a explanação, toda a técnica, qualquer aspecto que motivasse um exame mais detalhado seria investigado. Da discussão, no entanto, as únicas atividades acrescentadas ao programa inicial foram uma outra explanação, sobre a administração e os investimentos do projeto, e a checagem do equipamento antipoluição, que seria feito pelo técnico Constantino Arruda Pessoa, levado por Evandro Carreira com essa finalidade. Quanto ao restante, os senadores viram e ouviram tudo o que a Jari queria que eles vissem e ouvissem.

### REFLORESTAMENTO

O relatório da Jari começou pelo desmatamento e preparação do terreno para o plantio da gmelina — também chamada de melina ou gemelina — árvore originária da África, muito apropriada para a produção de celulose e que apresenta a grande vantagem de estar pronta para o corte aos seis anos de idade. A outra árvore usada para esse fim, o pinus, só é cortada aos 12 anos de idade.

Já estão plantados 61 mil hectares de gmelina e 31 mil hectares de pinus, sendo que nas áreas de pinus desenvolve-se também um projeto pecuário, através do plantio de capim, entre as árvores, que alimenta o gado consumido para a alimentação dos moradores da área. Esse projeto

pecuário poderá ser ampliado quando forem concluídas as pesquisas para o aproveitamento da casca da gmelina na produção de ração para gado.

Os senadores questionaram muito pouco nesse aspecto, convencidos que foram pelas vantagens da substituição da mata heterogênea pela homogênea. E as poucas restrições foram superadas na visita às plantações de gmelina que fizeram no dia seguinte e pelo próprio funcionamento da fábrica de celulose, alimentada por montanhas de cavacos da árvore.

A extração da madeira, atualmente, chega a 7 mil toneladas diárias, sendo 4.700 de árvores cultivadas e o restante de madeira nativa, transportadas por uma frota de 395 caminhões e 72 vagões, da ferrovia particular de Ludwig.

### CELULOSE

"Querem ver? Nós mostramos", diziam, com certa malícia, alguns técnicos da Jari, depois que a comitiva do Senado acabou de percorrer toda a fábrica de celulose, rebocada do Japão até o porto de Monguba, no Jari, e que custou para Ludwig 420 milhões de dólares, exatamente a parte mais cara do projeto, que já consumiu, no total, 780 milhões de dólares.

Na segunda fase do projeto, que se inicia este ano, serão investidos mais 470 milhões de dólares, com a construção, também no Japão (e que será transportada pelo mesmo método) de uma fábrica de papel — jornal e construção de uma usina hidrelétrica na Cachoeira Santo Antonio, no Jari, que vai gerar 210 megawatts e resolver o problema de energia de todo o complexo instalado no Jari. O investimento acumulado, superior a um bilhão de dólares, deverá ter um retorno, até 1985, de dois bilhões de dólares.

### CAULIM E ARROZ

Mas não é só de madeira e celulose que vive o Projeto Jari. A exploração do caulim, mineral utilizado para acabamento de papel brilhante, pela indústria farmacêutica, de cosméticos e de tintas — pela empresa Caulim da Amazônia, que não tem nenhum vínculo com a Jari Florestal e Agropecuária — deverá render, este ano, com a exportação de 100 mil toneladas, seis milhões e 900 mil dólares. Em 1980, a previsão é de 130 mil toneladas, que vão render 10 milhões de dólares. O investimento na mina e na fábrica de beneficiamento do caulim foi de 26 milhões de dólares.

No entanto, foi o aproveitamento da várzea, entre os rios Paru e Jari, para o plantio de arroz, que terminaram por convencer os senadores, principalmente Evandro Carreira, da validade do projeto. O senador amazonense a cada instante de sua visita a São Raimundo, onde se localizam as plantações, fazia um discurso inflamado sobre a "vocaçao varzeana" da Amazônia. Altamente mecanizada, a cultura do arroz em São Raimundo permite duas safras anuais, com uma produção anual de nove toneladas por hectare. Atualmente, estão plantados quatro mil hectares, mas quando o projeto alcançar sua capacidade máxima, chegará a 17 mil hectares, com a produção anual de 173 mil toneladas.



Foto Sérgio Borges — Telefoto Estado

Os senadores na plantação de gmelina